



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024034268 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - EXPEDIENTE DO JUÍZO DA 3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DE SILMARIA BEZERRA PORCINO MEDEIROS, PELA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA NO PROCESSO Nº 0800879-26.2023.8.15.0211, MOVIDO POR FRANCISCO DANTAS FILHO, EM FACE DE JOSE DANTAS DA SILVA.

Data da Autuação: 18/03/2024

Parte: Silmaria Bezerra Porcino Medeiros e outros(1)



16/02/2024

Número: 0800879-26.2023.8.15.0211

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Órgão julgador: 3ª Vara Mista de Itaporanga
Última distribuição : 16/03/2023
Valor da causa: R\$ 1.320,00
Assuntos: Nomeação
Segredo de justiça? NÃO
Justiça gratuita? NÃO
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DANTAS FILHO (AUTOR)		HELLEN RUAMA ALVES FREITAS (ADVOGADO)	
JOSE DANTAS DA SILVA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70637171	21/03/2023 14:24	<u>Despacho</u>	Despacho
77611296	15/08/2023 15:08	<u>Decisão</u>	Decisão
84535062	09/02/2024 22:59	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)

DESPACHO

Justiça gratuita

Nº do Processo: 0500679-26.2023.8.15.0211

Classe Processual: PROCDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Nouneação]

AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO

REU: JOSE DANTAS DA SILVA

Nome: JOSE DANTAS DA SILVA

Endereço: Sítio Carrapato, SN, Zona rural, SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB - CEP: 58784-000

Vistos etc.

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), considerando que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, após a autorizar a desconideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Ademais, considerando a existência de interesse de incapaz, abra-se vista dos ao Ministério Público.

Cumpra-se.

Expedientes necessários.

Itaporanga PB, data, protocolo e assinatura digitais.



Assinado e encaminhado por: HIANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ - 21/03/2023 14:24:20
<https://pje.trfb.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento?atView.seam?n=23032114242043400000066643709>
Número do documento: 23032114242043400000066643709

Num. 70637171 - Pág. 1

Documento 1 página 2 assinado, do processo nº 2024034268, nos termos da Lei 11.419. ADME.67658.70171.09856.51200-3
Francivaldo Moreno Praxedes [676.652.174-00] em 18/03/2024 09:44

DIANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ.

Juiza de Direito

Assinado eletronicamente por: MYANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ - 21/03/2023 14:24:20
<https://pje.tjpb.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032114242043400000006643709>
 Número do documento: 23032114242043400000006643709

Num. 70637171 - Pág. 2

DECISÃO

Nº do Processo: 09-00679-26.2023.8.15.0211
Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assuntos: [Nomeação]

AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO
REU: ROSE DANTAS DA SILVA

Nome: JOSE DANTAS DA SILVA
Endereço: Sítio Carrapato, SN, Zona rural, SÃO JOSÉ DE CALANA - PB - CEP: 58784-900

Vistos etc.

Trata-se de ação de substituição de curatela e o pedido de tutela de urgência, proposta por FRANCISCO DANTAS FILHO, qualificado(a) nos autos, em favor do seu irmão JOSE DANTAS DA SILVA, também qualificado(a) nos autos.

Aduz, ainda, que a parte postulante foi interditada nos autos de n. 0001629-42.2015.8.15.0211, sendo-lhe nomeada curadora Beatriz Justino da Silva.

Requer a antecipação dos efeitos da tutela para que seja nomeado(a) curador(a) provisório da parte interditada.

Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento da antecipação de tutela requerida (id. 77160230).

É o breve relato. Decido.

DA TUTELA DE URGÊNCIA

No que se refere ao pedido de antecipação da tutela, entendo que não há elementos apontando que a atual curadora não possui condições suficientes de exercer o encargo para o qual foi designada, por outro lado, não deve ser esquecido que não foi realizada, ainda, estudo social, contexto este que inviabiliza, neste momento, a decretação da curatela provisória, tudo como forma de garantia e proteção do suposto interditado.

Com efeito, acolho as razões ministeriais diante da inexistência da verossimilhança nas alegações e da prova inequívoca apta a autorizar a antecipação pretendida.

ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO, por ora, o pedido de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL REQUERIDA, sem prejuízo de nova avaliação com a ocorrência de elementos probantes no decorrer do feito.

Em consequência, DETERMINO

Considerando a necessidade de realização de estudo social, bem como levando-se em consideração a ausência de resposta de designação de equipe multiprofissional pelo município, de forma reiterada, passo a adotar as seguintes providências:

1. NOMEIO SILMÁRIA BEZERRA PORCINO MEDEIROS, assistente social, para, respectivamente, realizar o estudo social sobre a atual situação da parte promovida FRANCISCO DANTAS FILHO.

2. Considerações gerais sobre a perícia:

a) **FIXO honorários da ASSISTENTE SOCIAL em R\$ 300,00 (trezentos reais)**, nos termos da Resolução nº 09/2017, de 21 de junho de 2017 da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, a ser remunerado pelo Estado da Paraíba (art. 95, § 3º, III do NCPC), tendo em vista que as partes são beneficiárias da Justiça Gratuita.

DILIGENCIE-SE junto ao setor financeiro do Tribunal de Justiça da Paraíba a fim de incluir reserva financeira para pagamento do perito alheios designado, **CERTIFICANDO-SE** nos autos.

PROCEDA-SE com a requisição de pagamento dos peritos ao TJPB, **CERTIFICANDO-SE** nos autos. Efetuado o pagamento, **EXPEÇA-SE ALVARÁ em favor do perito, no valor correspondente, com os acréscimos legais, independentemente de conclusão.**

b) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo (art. 477, NCPC), contados do agendamento;

c) **ENCAMINHE-SE** cópia dos documentos necessários para elaboração do estudo social e relatório médico;

d) Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes;

e) Intime-se o autor e a pessoa intimada, para comparecerem ao exame pericial no dia e local designados;

3. **Aportando o relatório social, DESIGNE-SE** audiência para entrevista do interdito, **CITANDO-O** para comparecer à audiência (art. 751, NCPC), constando, no mandado, a advertência de que terá o prazo de 15 (quinze) dias contados da audiência para impugnar o pedido.

a) **INTIME-SE** a parte autora, por intermédio do advogado habilitado, quanto à data designada, bem como para informar o contato telefônico das partes ou meio eletrônico similar, no prazo de 24h, caso não conste na inicial, bem como o próprio celular.

b) Não podendo o interdito se deslocar, **CERTIFIQUE-SE** o oficial de justiça de forma minuciosa, se possível com fotos e vídeos.

c) Faço constar que a parte residente nos municípios de Itaperanga, Boa Ventura, Curral Velho, Diamante, Pedra Branca, Serra Grande e São José de Catana poderá ser ouvida e participar da audiência através dos Postos Avançados do Tribunal de Justiça, devendo apenas informar se utilizara as instalações, no prazo de 05 dias.



Assinado eletronicamente por: HIANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ - 15/08/2023 15:08:51
<https://pje.tpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081515085172000000073085529>
Número do documento: 23081515085172000000073085529

Num. 77611296 - Pág. 2

d) Dentro do prazo de 15 dias, contados da entrevista, poderá o interditado impugnar o pedido, nos termos do art. 752 do NCPC.

ESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO CARTA INTIMAÇÃO PARA OS DEVIDOS FINS.

Publicada e registrada eletronicamente.

Cumpra-se com urgência.

Intimações necessárias.

HAPOBAN(A-PB, data e assinatura digitais.

HYANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ

Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: HYANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ - 15/08/2023 15:08:51
<https://pje.trf4.jus.br/443/pep/Processo/ConsultaDocumento/view.shtm?n=23081515085172000000073085529>
Número do documento: 23081515085172000000073085529

Num. 77611296 - Pág. 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA
Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga
Munel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fomeca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000
Tel.: (11) e-mail: tp-vmi02@tjpb.jus.br
Telefone do Telejulgatório: (83) 3216-1440 ou (83) 99143-7662

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Nº Processo: 0800879-26.2023.8.15.0211

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhora Sra. MARIA BEZERRA PORCINO MEDEIROS aceitou o encargo de Tradutor, Intérprete ou perito, sendo requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo a despesa decorrente serviços prestados nos autos adiante especificados.

Por oportuno, infirmo ainda, que a parte AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO, é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido, ID. 70637171

1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

- 1.1.1 Processo judicial Nº: 0800879-26.2023.8.15.0211
- 1.1.2 Natureza da ação: Tutela e Curatela (Interdição)
- 1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga-PB
- 1.1.4 Autor (es): AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO, CPF: 060.614.354-11
- 1.1.5 Réu (s): REU: JOSE DANTAS DA SILVA, CPF: 977.906.134-72
- 1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (X) Perícia
- 1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (X) Finais
- 1.1.8 Valor subtraído R\$ 300,00 (trezentos reais)

1.2 DOS DADOS DO PERITO



Assinado eletronicamente por: ODILSON DE MORAES - 09/02/2024 22:58:28
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento?uf=tjpb.seam?x=24020922592672200000070507012
Número do documento: 24020922592672200000070507012

Num. 84535062 - Pág. 1



Prefeitura Municipal de Itaporanga

CNPJ 08.940.694/0001-59

Praça João Pessoa, 31

58.780-000

Centro - Itaporanga-PB



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA - NFA

Nº Da Nota	Data e Hora de Emissão	Código de Verificação
119	16/02/2024 09:01:36	NAAACBEFJ

PRESTADOR DO SERVIÇO

Nome SILMARIA BEZERRA PORCINO	PIS/PASEP/CI/NIT 19034927744
Endereço AV CRIZANTO PEREIRA	Nº 274 Cep 58.780-000
Bairro BELA VISTA	Cidade ITAPORANGA UF PB
CPF/CNPJ 046.618.494-85	Inscrição Estadual Insc.Municipal
Atividade 1391 - ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚR	
Tipo de Serviço PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
CBO 251605 - ASSISTENTE SOCIAL	

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome JOAO PESSOA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA	Nº SN	Cep 58.013-140
Endereço JOAO PESSOA		UF PB
Bairro CENTRO	Cidade JOÃO PESSOA	Insc.Municipal
CPF/CNPJ 09.283.185/0003-25	Inscrição Estadual	

N.º	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	UND	PERÍCIA JUDICIAL NO PROCESSO 0800879.26.2023.08.15.0211.	300,00	300,00
TOTAL DA NOTA					300,00
DESCONTOS NA FONTE				ALÍQUOTA	VALOR DO DESCONTO
ISS				5,00%	15,00
1ª VIA - Pagador do Imposto	2ª VIA - Outra parte envolvida	3ª VIA - Tesouraria	TOTAL		15,00

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO	LÍQUIDO	300,00
---------------------------	---------	--------

Documento 1 página 9 assinado, do processo nº 2024034268, nos termos da Lei 11.981/2008, em 16/02/2024 09:01:36, em 18/03/2024 09:44

CAIXA		104-0					
Nome do Beneficiário PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA				CPF/CNPJ 08.940.694/0001-59		Agência / Código do Beneficiário 3571/865389-5	
Endereço do Beneficiário PRAÇA JOÃO PESSOA,31, CENTRO, ITAPORANGA					UF PB	CEP 58780000	
Data do Documento 16/02/2024		Número do Documento 2024/0000529		Aceite N	Parcela 1/1	Processamento 16/02/2024	
						Nosso Numero 14240010005290079-9	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Beneficiário): 1113050000-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Pagar somente na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e Lotéricas. Após vencimento procurar a Prefeitura para atualização do boleto. Referente a NOTA FISCAL Nº 119							
ISS - NOTA FISCAL AVULSA - VALOR TOTAL (R\$:15.00).							
Sacado: SILMARIA BEZERRA PORCINO AV CRIZANTO PEREIRA 274 - , , - - -						CPF / CNPJ do Sacado 046.618.494-85	
Carteira RG	Espécie Doc. DAM	Vencimento 20/02/2024		Valor do Documento 15,00		Valor Cobrado	
SAC CAIXA:0800 726 0101 (Informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br							
Autenticação Mecânica - Recibo do Pagador							
CAIXA		104-0					
Local de Pagamento DAM QUITADO					Vencimento 20/02/2024		
Cedente PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA					Agência / Código Beneficiário 3571/865389-5		
Endereço do Cedente PRAÇA JOÃO PESSOA,31, CENTRO, ITAPORANGA					Nosso Número 14240010005290079-9		
Data do Documento 16/02/2024		Número do Documento 2024/0000529		Espécie Doc. DAM	Aceite N	Data do Process. 16/02/2024	(=) Valor do Documento 15,00
Uso do Banco		Qtde Moedas	Carteira RG	Espécie Moeda R\$	Parcela 1/1	Valor	(-) Desconto / Abatimento
Instruções (Texto de Responsabilidade do Beneficiário): 1113050000-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Pagar somente na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e Lotéricas. Após vencimento procurar a Prefeitura para atualização do boleto. Referente a NOTA FISCAL Nº 119							(+) Mora / Multa / Correção
							(+) Outros Acréscimos
							(=) Valor Cobrado
Sacado: SILMARIA BEZERRA PORCINO AV CRIZANTO PEREIRA 274 - , , - - -					CPF / CNPJ 046.618.494-85		
Sacador/Avalista:					Código de Baixa 14240010005290079-9		
Autenticação Mecânica Ficha de Compensação							



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO nº 2024034268 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - SILMARIA BEZERRAPORCINO MEDEIROS

Data da Autuação: 18/03/2024

Parte: Hyanara Torres Tavares de Queiroz e outros(1).

Considerando que a matéria tratada nos autos foge à competência da Diretoria Administrativa, remetam-se os autos à Diretoria Especial para os fins que julgar por cabíveis.

João Pessoa – Datado e assinado eletronicamente
Gisele Alves Barros Souza
Diretora Administrativa

KOCM/kocm



Número: **0800879-26.2023.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **15/03/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.320,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DANTAS FILHO (AUTOR)		HELLEN RUAMA ALVES FREITAS (ADVOGADO)	
JOSE DANTAS DA SILVA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84535062	09/02/2024 22:59	Oficio (Outros)	Oficio (Outros)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA
Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga
Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000
Tel.: () ; e-mail:itp-vmis03@tjpb.jus.br
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 99143-7662

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Nº Processo: 0800879-26.2023.8.15.0211

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) **SILMARIA BEZERRA PORCINO MEDEIROS** aceitou o encargo de Tradutor, Interp ou perito, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO**, é beneficiária da Justiça Gratuita, confo despacho proferido, **ID. 70637171**

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0800879-26.2023.8.15.0211**

1.1.2 Natureza da ação: **Tutela e Curatela (Interdição)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga-PB

1.1.4 Autor (es): **AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO**, CPF: 080.614.354-11

1.5.1 Réu (s): **REU: JOSE DANTAS DA SILVA**, CPF: 977.906.134-72

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (X) **Perícia**

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (X) **Finais**

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 300,00(trezentos reais)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO



1.2.1 Nome: **SILMARIA BEZERRA PORCINO MEDEIROS**

1.3.2 Endereço: **Rua Crizanto Pereira, 274, Centro, Itaporanga/PB**

1.2.3 Telefone (s): **(83) 99972-4888**

1.2.4 CPF: **046.618.494-85**

1.2.5. Banco: **Banco do Brasil S/A** 1.2.6. Agência: **2176-8** 1.2.7 Conta corrente: **8.905-2**

1.2.6 Inscrição INSS: ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **190.349.277-44**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM nº 3101 PB**

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Itaporanga/PB, 22 de janeiro de 2024

JOSÉ VILALDO SOARES

Servidor

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiz(a) de Direito





19/03/2024

Número: **0800879-26.2023.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **15/03/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.320,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DANTAS FILHO (AUTOR)		HELLEN RUAMA ALVES FREITAS (ADVOGADO)	
JOSE DANTAS DA SILVA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70637171	21/03/2023 14:24	Despacho	Despacho
77611296	15/08/2023 15:08	Decisão	Decisão
80662098	16/10/2023 10:08	OFÍCIO 14-2023-AGENDAMENTO DE ESTUDO SOCIAL-0800879-26.2023	OFÍCIO
82304984	17/11/2023 10:42	ESTUDO SOCIAL De Jose Dantas da Silva 0800879-26.2023	Outros Documentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA
Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga
Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000
T e l . : () ; e - m a i l :
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.1

DESPACHO

Justiça gratuita

Nº do Processo: 0800879-26.2023.8.15.0211

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Nomeação]

AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO

REU: JOSE DANTAS DA SILVA

Nome: JOSE DANTAS DA SILVA

Endereço: Sítio Carrapato, SN, Zona rural, SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB - CEP: 58784-000

Vistos *etc.*

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), considerando que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC);

Ademais, considerando a existência de interesse de incapaz, abra-se vista dos ao Ministério Público.

Cumpra-se.

Expedientes necessários.

Itaporanga/PB, data, protocolo e assinatura digitais.



HYANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ

Juíza de Direito



Assinado eletronicamente por: HYANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ - 21/03/2023 14:24:20
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23032114242043400000066643709>
Número do documento: 23032114242043400000066643709

Num. 70637171 - P 02

Documento 4 página 3 assinado, do processo nº 2024034268, nos termos da Lei 11.419. ADME. 61668.80171.11655.51116-2
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 19/03/2024 10:40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA
Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga
Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000
T e l . : () ; e - m a i l :
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.1

DECISÃO

Nº do Processo: 0800879-26.2023.8.15.0211
Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assuntos: [Nomeação]

AUTOR: FRANCISCO DANTAS FILHO
REU: JOSE DANTAS DA SILVA

Nome: JOSE DANTAS DA SILVA

Endereço: Sítio Carrapato, SN, Zona rural, SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB - CEP: 58784-000

Vistos etc.

Trata-se de ação de substituição de curatela c/c pedido de tutela de urgência, proposta por **FRANCISCO DANTAS FILHO**, qualificado(a) nos autos, em favor do seu irmão **JOSE DANTAS DA SILVA**, também qualificado(a) nos autos.

Aduz, ainda, que a parte promovida foi interditada nos autos de n. 0001629-42.2015.8.15.0211, sendo-lhe nomeada curadora Beatriz Justino da Silva.

Requer a antecipação dos efeitos da tutela para que seja nomeado(a) curador(a) provisório da parte interditanda.

Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento da antecipação de tutela requerida (id. 77160230).

É o breve relato. Decido.

DA TUTELA DE URGÊNCIA

No que se refere ao pedido de antecipação da tutela, entendo que não há elementos apontando que a atual curadora não possui condições suficientes de exercer o encargo para o qual foi designada, por outro lado, não deve ser esquecido que não foi realizada, ainda, estudo social, contexto este que inviabiliza, neste momento, a decretação da curatela provisória, tudo como forma de garantia e proteção do suposto interditando.



Com efeito, acolho as razões ministeriais diante da inexistência da verossimilhança nas alegações e da prova inequívoca apta a autorizar a antecipação pretendida.

ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO, por ora, o pedido de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL REQUERIDA, sem prejuízo de nova avaliação com a ocorrência de elementos probantes no decorrer do feito.

Em consequência, **DETERMINO**:

Considerando a necessidade de realização de estudo social, bem como levando-se em consideração a ausência de resposta de designação de equipe multiprofissional pelo município, de forma reiterada, passo a adotar as seguintes providências:

1. **NOMEIO SILMARIA BEZERRA PORCINO MEDEIROS**, assistente social, para, respectivamente, realizar o estudo social sobre a atual situação da parte promovida **FRANCISCO DANTAS FILHO**.

2. Considerações gerais sobre a perícia:

a) **FIXO honorários da ASSISTENTE SOCIAL em R\$ 300,00 (trezentos reais)**, nos termos da Resolução nº 09/2017, de 21 de junho de 2017 da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, a ser remunerado pelo Estado da Paraíba (art. 95, § 3º, III do NCPC), tendo em vista que as partes são beneficiárias da Justiça Gratuita.

DILIGENCIE-SE junto ao setor financeiro do Tribunal de Justiça da Paraíba a fim de incluir reserva financeira para pagamento do perito alhures designado, **CERTIFICANDO-SE** nos autos.

PROCEDA-SE com a requisição de pagamento dos peritos ao TJPB, **CERTIFICANDO-SE** nos autos. Efetuado o pagamento, **EXPEÇA-SE ALVARÁ em favor do perito, no valor correspondente, com os acréscimos legais, independentemente de conclusão.**

b) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo (art. 477, NCPC), contados do agendamento;

c) **ENCAMINHE-SE** cópia dos documentos necessários para elaboração do estudo social e relatório médico;

d) Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes;

e) Intime-se o autor e a pessoa interditanda, para comparecerem ao exame pericial no dia e local designados;

3. **Aportando o relatório social, DESIGNE-SE** audiência para entrevista do interditando, **CITANDO-O** para comparecer à assentada (art. 751, NCPC), constando, no mandado, a advertência de que terá o prazo de 15 (quinze) dias contados da audiência para impugnar o pedido.

a) **INTIME-SE** a parte autora, por intermédio do advogado habilitado, quanto à data designada, bem como para informar o contato telefônico das partes ou meio eletrônico similar, no prazo de 24h, caso não conste na inicial, bem como o próprio celular.

b) **Não podendo o interditando se deslocar, CERTIFIQUE-SE** o oficial de justiça de forma minuciosa, se possível com fotos e vídeos.

c) Faço constar que a parte residente nos municípios de Itaporanga, Boa Ventura, Curral Velho, Diamante, Pedra Branca, Serra Grande e São José de Caiana poderá ser ouvida e participar da audiência através dos Postos Avançados do Tribunal de Justiça, devendo apenas informar se utilizará as instalações, no prazo de 05 dias.



d) Dentro do prazo de 15 dias, contados da entrevista, poderá o interditando impugnar o pedido, nos termos do art. 752 do NCPC.

ESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO/CARTA/INTIMAÇÃO PARA OS DEVIDOS FINS.

Publicada e registrada eletronicamente.

Cumpra-se com urgência.

Intimações necessárias.

ITAPORANGA-PB, data e assinatura digitais.

HYANARA TORRES TAVARES DE QUEIROZ

Juíza de Direito



Agendamento para Pericia Social

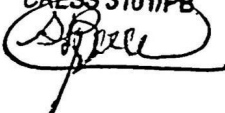
Ofício nº 14/2023

À Comarca de Itaporanga/PB
Estado da Paraíba – Poder Judiciário

Eu, **Silmaria Bezerra Porcino**, brasileira, Assistente Social, inscrita no CRESS- Conselho Regional de Serviço Social sob o número 3101/ PB, venho por meio deste, disponibilizar o dia 31 de outubro do corrente ano, às **08h** para agendamento de perícias sociais, conforme solicitado pela nomeação nos processo: **0800878-75.2022.8.15.0211**, **0800879-26.2023.8.15.0211** e **0800337-52.2016.8.15.0211** a ser realizado no Fórum desta comarca. Desde já, me ponho adisposição para eventuais esclarecimentos. **(83) 999724888**.

Itaporanga/Pb, 11 de outubro de 2023.

Silmaria Bezerra Porcino

Silmaria B. Porcino Medeiros
Assistente Social
CRESS 3101/PB






TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

COMARCA DE ITAPORANGA-PB
3ª VARA MISTA DE ITAPORANGA-PB

LAUDO SOCIAL /ESTUDO

Processo Físico nº: 0800879-26.2023.8.15.0211

Assunto: Nomeação

Requerente: Francisco Dantas Filho

Requerido: José Dantas da Silva

Perito Relator: Silmaria Bezerra Porcino

MM. JUIZ (A)

De acordo com a determinação de Vossa Excelência, apresento Estudo Social realizado em encontro único no dia 31 de outubro de 2023 às 08h00, tendo duração de 50min realizado no Fórum da comarca de Itaporanga/ PB.

DESCRIÇÃO DA DEMANDA:

Proceder Estudo Social sobre a atual situação de **Francisco Dantas Filho**, de 29 anos de idade.

PROCEDIMENTO:

- **Entrevista Semiestruturada individual**
- **Observação Sistemática**
- **Análise Documental**

IDENTIFICAÇÃO:

Requerente: Francisco Dantas Filho, brasileiro, em união estável, pescador, portador da carteira de identidade com RG Nº 2913104 e com CPF Nº 080.614.354-11, filho de Beatriz Justino da Silva e Francisco Dantas da Silva, residente e domiciliada no Sítio Carrapato, São José de Caiana-PB.



Requerido: José Dantas da Silva, brasileiro, solteiro, não alfabetizado, pessoa com deficiência, filho de Beatriz Justino da Silva e Francisco Dantas da Silva, residente e domiciliada no Sítio Carrapato, São José de Caiana-PB.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

José Dantas da Silva, 56 anos de idade, requerido, pessoa com deficiência

Francisco Dantas Filho, 29 anos, requerente, pescador

Maria Eduarda da Silva, 13 anos, estudante, filha do requerente

Cristina Beatriz da Silva, 15 anos, estudante

Silvaneide Maria da Silva, 36 anos, pescadora, esposa do requerente

RELATÓRIO

Ao cumprimentá-lo(a), sirvo-me do presente para responder a demanda no que diz respeito **Estudo Social** sobre a atual situação de **Francisco Dantas Filho** de 29 anos de idade.

Através dos instrumentais de entrevista semiestruturada individual, observação e análise documental, realizou-se perícia socioeconômica e foram considerados os seguintes aspectos: composição familiar, renda, condições gerais de habitabilidade, ambiente físico, social e meios de sobrevivência.

Aos trinta e um dias do mês outubro do corrente ano, às 08h00min na sede do Fórum da comarca de Itaporanga/PB, foi realizada entrevista com o requerente Francisco Dantas Filho e o requerido José Dantas da Silva, tendo também comparecido sua genitora Beatriz Justino da Silva, todas as informações contidas no relatório foram colhidas com o requerente.

Segundo Francisco Dantas Filho, o requerido é portador de Retardo Mental Moderado, assim, como consta em atestado médico, CID10 (F:71.1), deficiência que o incapacita, sendo, objeto de apreciação judicial que culminou na interdição, e foi nomeada curadora a sua mãe a **Sr.^a Beatriz Justino da Silva**, que em razão da idade já avançada e limitações, opta para que o requerente, com quem José Dantas da Silva, já reside de fato, passe a exercer a sua curatela. Foi dito que o requerido possui benefício previdenciário, e que o valor



é usado para custear as despesas e suprir as necessidades de subsistência deste.

Contudo, se faz necessário salientar, que Francisco Dantas Filho, requerente na ação e nosso alvo de estudo, é brasileiro, em união estável, pescador, portador da carteira de identidade com RG Nº 2913104 e com CPF Nº 080.614.354-11, filho de Francisco Dantas residente e domiciliada no Sítio Carrapato, São José de Caiana-PB, sendo, portanto, irmão do requerido.

Quanto a situação econômica do núcleo familiar de **Francisco Dantas Filho**, declara que é pescador, recebendo, apenas o valor de R\$ 600,00(seiscentos reais), advindo do programa Assistencial Bolsa Família e R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais) do BPC de José Dantas Filho, sendo esse valor usado para custear despesas com o requerido.

Foram declaradas, ainda as seguintes despesas fixas: com alimentação o valor de R\$900,00 (novecentos reais), energia elétrica R\$60,00 (sessenta reais), R\$ 300,00 (trezentos reais) de farmácia.

Quanto à situação de moradia de **Francisco Dantas Filho**, reside no Sítio Carrapato, São José de Caiana-PB, casa própria dos pais, a residência apresenta-se em condições estruturais regulares, sendo composto por 5 cômodos: sala, cozinha, 3 quartos, não tem banheiro, não tem rede de esgoto, nem coleta de lixo e fica em local de difícil acesso. Quanto aos móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, que os guarnecem estão em péssimas condições com desgaste temporal de modo que, não oferece condições adequadas para atender as necessidades do núcleo familiar.

Também foi destacado o fato de a moradia não possuir banheiro, desta forma compreendemos que a família não tem acesso a informações ou que está sendo negligenciada pelo poder público já que está assegurado por lei e por programas sociais a construção de banheiros e/ou reforma o direito à moradia digna.

Conforme a **Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**;

assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V



do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

PARECER TÉCNICO

Estudo Social realizado para elucidar a atual situação de **Francisco Dantas Filho** de 29 anos de idade.

Constatamos que: **Francisco Dantas Filho**, brasileiro, em união estável, pescador, portador da carteira de identidade com RG Nº 2913104 e com CPF Nº 080.614.354-11, filho de Francisco Dantas residente e domiciliada no Sítio Carrapato, São José de Caiana-PB.

Francisco Dantas Filho, tem seu núcleo familiar composto por 5 pessoas:

José Dantas da Silva, requerido, pessoa com deficiência

Francisco Dantas Filho, 29 anos, requerente, pescador

Maria Eduarda da Silva, 13 anos, estudante, filha do requerente

Cristina Beatriz da Silva, 15 anos, estudante

Silvaneide Maria da Silva, 36 anos, pescadora, esposa do requerente

Na sua composição familiar podemos verificar seu irmão **José Dantas da Silva**, beneficiário do (BPC -LOAS), sendo pessoa com Retardo mental moderado (F71.1 pela CID10), que o impossibilita de reger seus bens, sendo, portanto, imprescindível o auxílio de terceiros para realizar atos da vida cotidiana civil. De maneira, que o requerente é a pessoa responsável pelos cuidados com o requerido, ainda lhe dispensa afeto e zelo próprios da parentalidade, visto que são irmãos.

Verifica-se que, **Francisco Dantas Filho**, reside em casa própria dos pais, se autodeclara pescador, não tendo renda fixa a declarar.

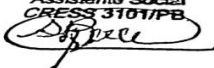


Concluimos que, **Francisco Dantas Filho**, presta todos os cuidados necessários ao **S.r. José Dantas Filho**, que apresenta comprometimento significativo das funções motoras e cognitivas. Sendo, portanto, incapaz de desempenhar as atividades do cotidiano, assim como, de administrar bens financeiros/patrimoniais, necessitando, portanto, de curador. Compreendemos que o **S.r. Francisco Dantas Filho**, seja de fato a pessoa mais indicada para administrar as responsabilidades como curador, uma vez que, a atual curadora sua genitora a **Sr.^a Beatriz Justino da Silva** é pessoa idosa, não alfabetizada e com limitações para cuidar do requerido.

Sem mais para o momento nos colocamos disponíveis para maiores esclarecimentos caso se faça necessário.

À apreciação de Vossa Excelência.

Itaporanga/PB, 13 novembro de 2023.

Silmária B. Porcino Medeiros
Assistente Social
CRESS 3101/PB


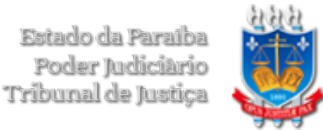
Silmária Bezerra P. Medeiros
Assistente Social
CRESS 3101/PB 13ª Região - PB.
Especialista em Saúde Mental e Perícia Social na Área de Serviço Social
Especialista em Psicopedagogia
Mestre em Educação e Interdisciplinaridade e Subjetividade.





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ⓘ (http://suporte.tjpb.jus.br)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

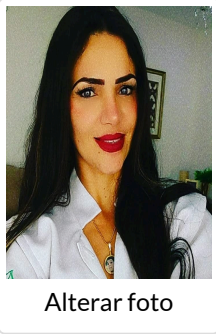
Silmaria Bezerra Porcino Medeiros

Data nascimento: *

29/09/1980

Sexo: *

Feminino



Nome Social:

CPF: *

046.618.494-85

Identidade: *

2639729 _____

Órgão: *

ssp

INSS/PIS/PASEP: *

19034927744

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Mestrado

Nome da mãe: *

Maria Aparecida Bezerra da Silva

Nome do pai:

Jose Porcino da Silva

Email: *

siwmarya@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99972-4888

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Assistente Social	Saúde	3101	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Água BrancaBoa VenturaCatingueiraConceição

CoremasCurral VelhoDiamanteEmasIbiara

Endereço *

CEP

58780-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Itaporanga

Bairro ?

Logradouro *

Rua Crizanto Pereira

Número * ?

274

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
certificado	<div></div>
CRESS	<div></div>
RG e CPF	<div></div>

Dados bancários

Banco: *

Banco ABC Brasil S.A.

Agência: *

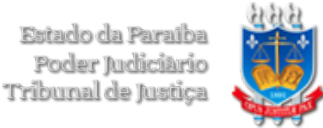
21768

Conta: *

89052

Tipo conta: *

Corrente



Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

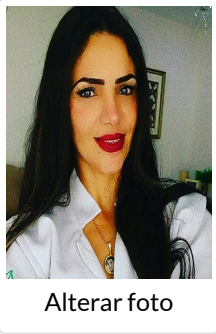
Silmaria Bezerra Porcino Medeiros

Data nascimento: *

29/09/1980

Sexo: *

Feminino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

046.618.494-85

Identidade: *

2639729_____

Órgão: *

ssp

INSS/PIS/PASEP: *

19034927744

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Mestrado

Nome da mãe: *

Maria Aparecida Bezerra da Silva

Nome do pai:

Jose Porcino da Silva

Email: *

siwmarya@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99972-4888

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Assistente Social	Saúde	3101	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Água BrancaBoa VenturaCatingueiraConceição
CoremasCurral VelhoDiamanteEmasIbiara

Endereço *

CEP

58780-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Itaporanga

Bairro ?

Logradouro *

Rua Crizanto Pereira

Número * ?

274

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
certificado	<div></div>
CRESS	<div></div>
RG e CPF	<div></div>

Dados bancários

Banco: *

Banco ABC Brasil S.A.

Agência: *

21768

Conta: *

89052

Tipo conta: *

Corrente



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.034.268

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga

Interessada: Silmaria Bezerra Porcino Medeiros - Perita Assistente Social – qqpericias@gmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do Perita Assistente Social, Silmaria Bezerra Porcino Medeiros, CPF 046.618.494-85, com inscrição no INSS sob nº 19034927744, nascida em 29/09/1980, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800879-26.2023.8.15.0211, movida por FRANCISCO DANTAS FILHO, CPF 080.614.354-11, em face do JOSE DANTAS DA SILVA, CPF 977.906.134-72, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 23/27, dos presentes autos.

Consultando o sistema de cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro da Perita Assistente Social, Silmaria Bezerra Porcino Medeiros, CPF 046.618.494-85, encontra-se em situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do Perita Assistente Social, Silmaria Bezerra Porcino Medeiros, CPF 046.618.494-85, com inscrição no INSS sob nº 19034927744, nascida em 29/09/1980, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800879-26.2023.8.15.0211, movida por FRANCISCO DANTAS FILHO, CPF 080.614.354-11, em face do JOSE DANTAS DA SILVA, CPF 977.906.134-72, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência da perita nomeada, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 19 de março de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



19/03/2024

Número: **0800879-26.2023.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **15/03/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.320,00**

Assuntos: **Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DANTAS FILHO (AUTOR)		HELLEN RUAMA ALVES FREITAS (ADVOGADO)	
JOSE DANTAS DA SILVA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
87429992	19/03/2024 13:40	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2024.034.268 - autorizando pagamento de honorários, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do Perita Assistente Social, Silmaria Bezerra Porcino Medeiros, CPF 046.618.494-85, com inscrição no INSS sob nº 19034927744, nascida em 29/09/1980, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.



Assinado eletronicamente por: LIVIA MARIA DE PAES BORGES - 19/03/2024 13:40:24

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031913402379000000082193774>

Número do documento: 24031913402379000000082193774

Num. 87429992 - Pág. 1

Documento 8 página 2 assinado, do processo nº 2024034268, nos termos da Lei 11.419. ADME.51492.65466.80171.18078-9
Livia Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 19/03/2024 13:40